

ENFOQUE INTERNACIONAL

A conservação da biodiversidade representa um dos maiores desafios deste final de século, em função do elevado nível de perturbações antrópicas dos ecossistemas naturais. Originalmente a Mata Atlântica cobria cerca de 1,2 milhões de quilômetros quadrados, restando atualmente menos de 7,5% ,e desses somente 2,7% protegida na forma de Unidades de Conservação.

A Mata Atlântica de hoje se apresenta como um mosaico composto por poucas áreas relativamente extensas, principalmente na região sudeste e uma porção bem maior composta de áreas em diversos estágios de degradação .

Os dados de desmatamento nas regiões Sudeste e Sul de 1900 até 1990 também indicam uma taxa extremamente elevada entre os anos 40 - 60, com mais de 400.000 km² de Mata Atlântica desmatados somente nestes 20 anos. Neste quadro, os fragmentos florestais de diversos tamanhos e formas, assumem fundamental importância para a perenidade da Mata Atlântica e assim sendo, o Parque Estadual do Rio do Peixe (PERP) é uma área protegida de extrema prioridade para a conservação, de acordo com Biota/FAPESP.

A existência da Formação Floresta Estacional Semidecidual e vegetação típica de várzeas com rica avifauna aquática e espécies ameaçadas de extinção na região oeste do Estado de São Paulo, conferiu ao PERP o status de *área core* da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), em 2002. A RBMA inclui amostras significativas do patrimônio natural de diversos ecossistemas, comunidades humanas tradicionais, áreas de relevante interesse ecológico, visando a recuperação dos processos e funções ecológicas e o desenvolvimento sustentável. As Reservas da Biosfera integram o Programa “O Homem e a Biosfera”, da Unesco, criadas em 1971.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação a Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais e suas áreas-núcleo são destinadas à proteção integral da natureza.

Um nova proposta é a inserção desta unidade de conservação na Convenção de RAMSAR para áreas úmidas. Esta Convenção Internacional é considerada o primeiro tratado intergovernamental a fornecer uma base estrutural para a cooperação internacional e ação nacional no sentido da conservação e uso sustentável dos recursos naturais, em concreto, das zonas úmidas e seus recursos, que será apresentada nas páginas finais deste documento.

Esta UC também está inserida na proposta do Corredor Trinacional, que abarca desde do Parque Nacional de Iguazú até a o Parque Estadual do Turvo, constituindo uma estratégia importante de interligação dos remanescentes florestais.



ENFOQUE FEDERAL

O Brasil, como país de maior biodiversidade do mundo, utiliza-se atualmente das diferentes categorias de unidades de conservação e outras formas de proteção do ambiente para cumprir com os objetivos da preservação e do uso sustentável dos recursos da natureza.

Notadamente a importância atribuída hoje às áreas protegidas, entre elas as unidades de conservação, contrasta com a irrelevância que antigamente era tratado a instituição das mesmas pela humanidade. Hoje, além de serem áreas dedicadas à preservação e conservação de ambientes providos de processos ecológicos, de belezas cênica e, de relevância evolutiva, para as futuras gerações, essas áreas assumiram cuidados com recursos hídricos, com manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, manutenção do equilíbrio climático ecológico, preservação de recursos genéticos e, atualmente, constituem o eixo de estruturação da preservação *in situ* da biodiversidade como um todo.

As áreas protegidas brasileiras apontam para uma contribuição real de conservação da diversidade biológica e cultural, com rebatimentos positivos em escala local e mundial. De fato, a importância desses espaços vai desde a proteção do habitat natural (fauna e flora) até à manutenção da estabilidade ecológica das zonas lindeiras as UCs .

A criação e implantação do PERP visa oferecer oportunidades ao desenvolvimento rural, bem como racionalizar o uso da terra no seu entorno. Também oportunizará a investigação científica, práticas educacionais no âmbito da educação ambiental, atividades recreativas e turismo ecológico.

A representatividade deste espaço protegido no Oeste de São Paulo devido a ausência de fragmentos florestais contínuos foi reconhecida no documento “Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos”, essa grande importância somada à lacuna existente de unidades de conservação na Mata Atlântica de Interior, reforça a necessidade de ações direcionadas à gestão ambiental do território.



INSTITUCIONAL

O Estado de São Paulo apresenta os maiores índices de urbanização e industrialização do país, e sofreu com uma intensa exploração dos recursos naturais no seu território, fragmentando estes biomas em meio a diversos usos da terra. Hoje o estado possui 13,94% do território recoberto por vegetação natural remanescente e, deste total, 25% são áreas especialmente protegidas por diploma legal.

A criação do Parque Estadual do Rio do Peixe, em 2002 e sua futura ampliação em mais 2.000 hectares visa promover a conservação de importantes remanescentes do bioma Mata Atlântica na região da Nova Alta Paulista, que possui apenas 5% de cobertura vegetal natural.

Em 2008 havia 237 áreas naturais protegidas em São Paulo divididas em 21 categorias de manejo de âmbitos federal, estadual e particular, sendo a Secretaria de Meio Ambiente (SMA) o organismo responsável por grande parte dessas áreas.

O PERP está sob a responsabilidade gerencial da Fundação Florestal juntamente com outras 89 UCs, distribuídas em 862.066,00 hectares nas categorias de proteção integral e 3.693.969,00 hectares nas de uso sustentável, totalizando mais de quatro milhões de hectares.

A Fundação Florestal - Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo é um órgão vinculado a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, instituída por Lei em 1986. Tem por objetivo contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de proteção e produção do Estado de São Paulo.

Com esse fim, apóia, promove e executa ações integradas voltadas para a conservação ambiental, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, a recuperação de áreas degradadas e o reflorestamento de locais ambientalmente vulneráveis, realizando parcerias com órgãos governamentais e instituições da sociedade civil. Também é responsável pela comercialização de produtos extraídos de florestas plantadas em áreas pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado.

O Instituto Florestal como partícipe do SIEFLOR e responsável pela pesquisa nas unidades de conservação foi criado no século XIX detendo posição marcante na realidade florestal paulista, seja como gerador de atividade sustentável e econômica, seja pela proteção de áreas significativas que abrigam ecossistemas primitivos. Em 2006 passou a compartilhar a salvaguarda das unidades de conservação com a Fundação Florestal através do Decreto Estadual nº 51.453.



ENFOQUE REGIONAL

O Parque Estadual do Rio do Peixe está inserido na região administrativa de Presidente Prudente composta por 53 municípios que ocupam 2.395 km², o que representa 9,6% do território paulista e integra quatro bacias hidrográficas: a do Rio do Peixe, a do Rio Aguapeí, a do Médio Paranapanema e a do Pontal do Paranapanema (figura 01).

A sede desta Região é o município de Presidente Prudente, que possui cerca de 190.000 habitantes e é pólo econômico e político da região.

A ocupação do vale do Rio do Peixe é componente da história de ocupação do Estado de São Paulo. Até o final do século XIX a região do Rio do Peixe era pouco ocupada, as primeiras investidas para uma ocupação mais extensiva só ocorreram a partir do início do século XX, com o avanço na implantação de ferrovias e com a expansão da fronteira agrícola, tendo a sua frente o café. A partir da década de 40, com o declínio da cultura cafeeira, o algodão passou de cultura marginal a planta nobre, dominou os espaços do café.

Localizado no noroeste do Estado de São Paulo, o Parque Estadual do Rio do Peixe (PERP) compreende a biota localizada às margens do Rio do Peixe, nos municípios de Dracena, Ouro Verde, Piquerobi e Presidente Venceslau.

Juntos, os municípios têm uma população inferior a noventa e dois mil habitantes e compreendem uma área de 2.023 km² (SEADE), que está inserida, conforme prevê o Decreto Federal n° 750, de 10 de fevereiro de 1993, dentro dos limites do domínio da Mata Atlântica. A taxa de crescimento da população é positiva para os municípios sede, ainda que representem valores inferiores a 1%. Dracena, ainda que seja o município mais populoso, é o que possui a menor taxa de crescimento da população. Já Piquerobi, no outro extremo, é o município menos populoso, porém possui a maior taxa de crescimento populacional. A maior parte da população vive nas áreas urbanas, com grau médio de urbanização equivalente a 87,87%.

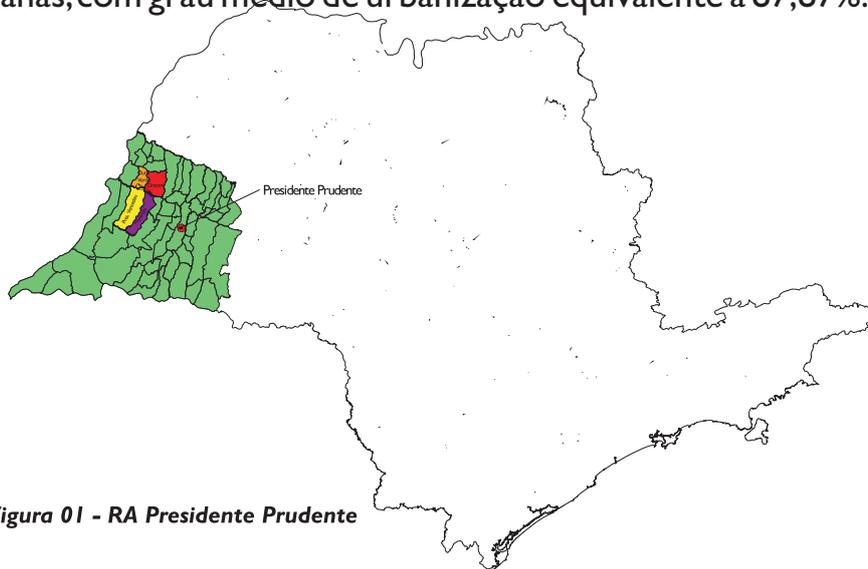


Figura 01 - RA Presidente Prudente



Das atividades econômicas mais relevantes para região, onde está inserido o PERP, o setor agropecuário é o que responde pela maior parcela na proporção de estabelecimentos dos municípios sede do PERP, com média de 39,86%. Em seguida vêm os setores de comércio (31,94%), de serviços (20,06%), da indústria (6,12%) e da construção civil (2%).



Os dados analisados no Plano de Manejo do PERP indicam que esses municípios caracterizam-se pela predominância de estabelecimentos agropecuários em suas configurações espaciais, enquanto que as atividades de prestação de serviços são as que mais empregam e que pagam melhor. As atividades industriais e de construção civil estão sobrepujadas pelas demais, possivelmente a informalidade do setor da construção civil lhe confere a última posição na formação da riqueza regional. As características do meio rural relacionam-se diretamente com a gestão do Parque. Para efetivar atividades inerentes à área protegida e é fundamental assegurar um bom relacionamento entre a Unidade de Conservação e as comunidades existentes em seu entorno, e para tanto é necessário compreender como ocorre a ocupação no meio rural nos municípios sede do PERP.



De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, da Fundação IBGE e ao Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária, a área total dos estabelecimentos agropecuários dos municípios sede é de 185.862 hectares e o número total de estabelecimentos agropecuários é de 1.938, sendo 85,57% utilizado com pastagens, entretanto, novo cenário que está se configurando na região. Novas usinas de cana vêm se instalando e suas demandas apontam para a expansão da cultura canavieira como fonte de matéria prima para a produção de açúcar e álcool.



Considerando-se o espaço ocupado pela cultura da cana de açúcar nos municípios que comportam o PERP, pode-se afirmar que cerca de 21.880 hectares já são explorados em função deste vegetal, o que representa 10,8% da área total ocupada pelos municípios sede do PERP.



Na região de entorno do PERP, considerando um raio de 10 km à partir de suas divisas, destacam-se a cana-de-açúcar e a pastagem como as responsáveis pela ocupação da quase totalidade das terras. Entremeados a estas culturas, porém em escala demasiadamente menor, encontram-se fragmentos florestais isolados e pouco representativos e diminutas áreas de culturas diversas.



Na extremidade sudoeste da região de entorno destacam-se extensas áreas convertidas em assentamentos rurais, que chegam à divisa do parque.

O avanço da cana-de-açúcar sobre a pastagem converte um número cada vez maior de áreas e permite visualizar um quadro futuro de predominância da cultura canavieira em quase toda a região de entorno do PERP (figura 02)

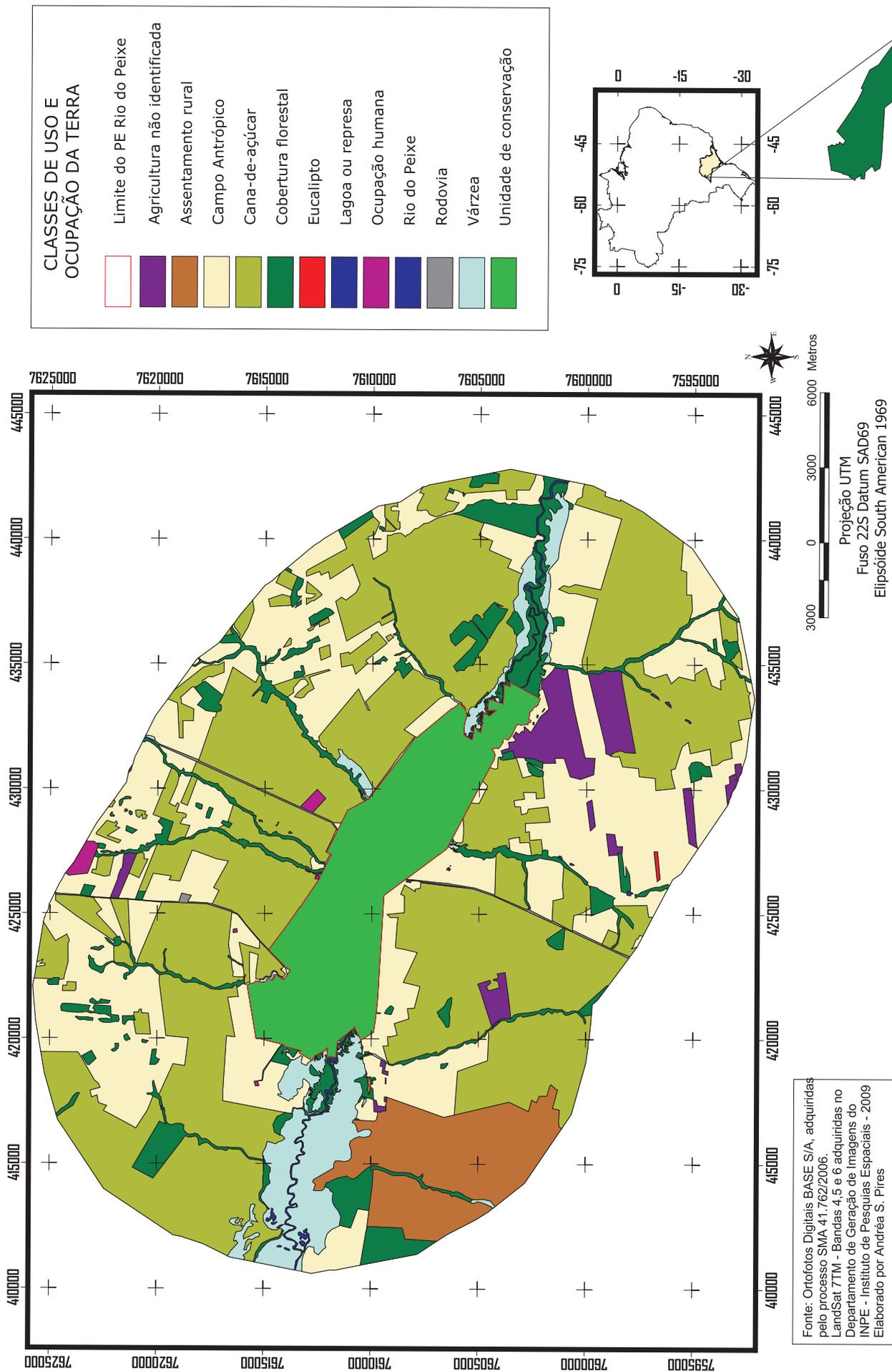


figura 02 - Uso da terra no entorno do PERP



A photograph of a Jabiru bird (Jabiru mycteria) standing on a concrete ledge. The bird has a long, dark, downward-curving beak, a black head and neck, and white body feathers. It is positioned in the center of the frame, facing right. The background consists of a grassy area and a body of water at the bottom.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
José Serra

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
Francisco Graziano Neto

FUNDAÇÃO FLORESTAL
José Amaral Wagner Neto



Resumo Executivo do Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio do Peixe Setembro de 2009

Coordenação Geral:

Helder Henrique de Faria
Andréa Soares Pires

SIEFLOR

Helder Henrique de Faria – Eng. Florestal Dr – Instituto Florestal
Andréa Soares Pires – Bióloga MSc – Instituto Florestal
Ciro Koiti Matsukuma – Eng. Agrônomo MSc – Instituto Florestal
Nelson Antonio Gallo – Biólogo – Fundação Florestal
José Gomes Pereira – Guarda-parque – Instituto Florestal
Osvaldo Ramos – Auxiliar Administrativo – Instituto Florestal

Medusa Biológica e Ambiental

Fernando Bauab – Biólogo Dr – herpetofauna e ictiofauna
Alexandre Gabriel Franchin – Biólogo – avifauna
Ana Paula Elias Fonseca – Bióloga – limnologia
Camilla Atílio de Freitas – Bióloga – entomofauna
Cláudia Inês da Silva – Bióloga MSc – botânica
Eddie Lenza de Oliveira – Biólogo MSc – botânica
Foad Bauab Neto – Biomédico – ictiofauna
Luciano Gerolin Leone – Biólogo MSc – herpetofauna
Paulo Machado e Silva – Biólogo – mastofauna
Vera Lúcia de Campos Brites – Bióloga Dr – herpetofauna
Vladimir Carnellosi – Geógrafo – meio físico
José Gabriel Pesce Jr. – Advogado – moderador das Oficinas

Compensação Ambiental Usina Dracena

Alex Roberto Quilice – Apoio Administrativo
Cleonilda Cristina Venâncio – Apoio Administrativo
Juliana Ferreira de Castro – Turismóloga

Ministério Público Estadual

Nelson Roberto Bugalho – Promotor de Justiça

Edição e correção:

Helder Henrique de Faria

Design e diagramação:

Andréa Soares Pires

Fotografias:

Alessandro Magalhães
Ana Paula Elias Fonseca
Helder Henrique de Faria
José Gomes Pereira
Nelson Antônio Gallo
Sônia Cristina Belante
Thiago Ferraz Lima

Este documento deve ser citado da seguinte maneira:

Fundação Florestal: Resumo Executivo do Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio do Peixe. São Paulo, novembro de 2009.

índice

Apresentação
Introdução
Ficha Técnica
Localização
Institucional
Ecosistema
Processo de Planejamento
Objetivos de Gestão
Zoneamento
Programas de Gestão
Sítio Ramsar
Custos



APRESENTAÇÃO

A ocupação do vale do Rio do Peixe é componente da história da colonização do interior paulista. A necessidade e curiosidade por desbravar as terras desconhecidas do sertão, ocupá-las e obter riquezas, impulsionou os moradores litorâneos a se embrenharem para a borda do planalto, onde fica São Paulo, para logo em seguida seguirem para o interior do estado.

Entre o final do século XIX e início do século XX, um órgão do governo do Estado de São Paulo denominado “Comissão Geographica e Geológica” foi o responsável pela exploração das regiões interiores do estado, com o objetivo de identificar o potencial econômico, mapear e descrever a malha hídrica e os aspectos naturais da paisagem. O Programa era denominado “Exploração do Extremo Sertão do Estado”, e foi dividido em quatro turmas denominadas: Tietê, Paraná, Aguapeí e Peixe, de acordo com o caminho hidroviário e a região a estudar.

A expedição do Rio do Peixe resultou em publicação de 1905, que relata com incrível riqueza de detalhes aspectos sobre os atributos naturais originais deste rio, incluindo o trecho que hoje é delimitado como Parque Estadual Rio do Peixe. De forma paradoxal, o mesmo órgão estadual que explorou a região no século passado deu origem ao Instituto Florestal, que participou da criação do Parque Estadual 100 anos mais tarde.

O Parque Estadual do Rio do Peixe se sobrepõe a um trecho do rio homônimo, onde são avistados os mais belos cenários da área protegida. O belo e a importância do sítio revelam-se na existência de uma pequena e resistente população de cervo-do-pantanal, cuja presença em território paulista foi constatada há alguns anos, mas ainda é uma surpresa admirável.

Entretanto, o que mais chama atenção dentre todas, ademais do próprio cervo, são as centenas de aves identificadas até o momento, muitas delas migratórias, que emprestam seus diferentes sons e cores à paisagem, plenamente avistáveis pelos olhares mais interessados e acurados. Deste total mais de 20 estão na lista oficial de animais em risco de extinção. Por outro lado, é algo inusitado e formidável avistar as aves típicas do pantanal brasileiro forrageando as pequenas praias de areia fina formadas nas curvas e meandros do rio do Peixe.

O mundo natural já foi bastante perturbado no oeste paulista, encontrando-se humanizado por todo lugar, perdendo sua identidade original, mas felizmente na região sudoeste de São Paulo, sobretudo no Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista, ainda restam fragmentos florestais de significativa importância, e o Parque Estadual Morro do Diabo, a Estação Ecológica Mico-Leão-Preto e, agora, o Parque Estadual do Rio Aguapeí e o Parque Estadual do Rio do Peixe serão o reduto eterno da rica biodiversidade do sertão paulista, de tal forma que as gerações futuras terão ainda a oportunidade de aprender que a Natureza não é só uma entidade objetiva, mas que ela também é vital para o nosso bem-estar físico e espiritual.

Nelson Roberto Bugalho
Promotor de Justiça e Meio Ambiente